



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP DA CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026**

O presente Documento Estudo Técnico Preliminar observa o disposto na Portaria nº 37/2026, de 30 de janeiro de 2026.

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, a qual objetiva-se, primordialmente, em assegurar a viabilidade técnica e econômica e a razoabilidade da futura contratação, estudando detalhadamente a necessidade, fixando o interesse público envolvido e indicando no mercado a melhor solução para o atendimento das demandas. O documento serve de embasamento ao Termo de Referência a ser elaborado, de acordo com o previsto no Art. 6º, Inciso XX da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, e traz conjuntamente o estudo de gerenciamento de riscos, materializado na forma do Mapa de Riscos da contratação, disponível em anexo ao presente documento.

1.2. É fato que as contratações governamentais produzem um significativo impacto na atividade econômica, especialmente ao se considerar o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste viés, a realização de um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

2. ÁREA REQUISITANTE:

2.1. Identificação da Área Requisitante: Assessoria de Imprensa

2.2. Nome do responsável: Gerson Kaiser

3. ANÁLISE E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade da Administração Municipal de São Miguel do Iguaçu de promover a adequada produção de conteúdos audiovisuais institucionais, destinados à divulgação de ações, programas, serviços, campanhas e informativos de utilidade pública, em conformidade com o princípio da publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e com os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A comunicação institucional constitui ferramenta essencial para assegurar a transparência da gestão pública, o acesso à informação e o fortalecimento da participação social, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da transparência e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.3. Nesse contexto, a utilização de conteúdos audiovisuais, especialmente vídeos institucionais, destaca-se como meio de comunicação de grande impacto, combinando recursos visuais e sonoros que ampliam o alcance e facilitam a compreensão das informações pela população, contribuindo para a efetividade das políticas públicas.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

3.4. A demanda caracteriza-se como contínua e variável, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que decorre das necessidades permanentes de divulgação institucional, bem como de demandas pontuais, como campanhas de saúde pública, ações educacionais, eventos oficiais, avisos emergenciais e demais iniciativas de interesse público.

3.5. Ressalta-se que o Município não dispõe de estrutura técnica e operacional suficiente para atender integralmente, com qualidade e agilidade, às demandas de produção audiovisual, especialmente no que se refere à captação profissional de imagens, edição, pós-produção e finalização de vídeos, o que justifica a necessidade de contratação externa, conforme diretrizes de planejamento previstas no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se indispensável para assegurar a continuidade, padronização e qualidade dos conteúdos audiovisuais produzidos, contribuindo para a transparência administrativa, a eficiência da comunicação pública e o adequado atendimento ao interesse público, em conformidade com a legislação vigente.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO A CONTRATAR:

4.1. Levantamento das soluções de mercado:

4.1.1. Para atendimento da necessidade de produção audiovisual institucional, foram analisadas as soluções disponíveis no mercado, considerando critérios como qualidade técnica, capacidade operacional, agilidade na execução e adequação ao interesse público, em conformidade com o dever de planejamento previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. O Município dispõe de estrutura interna para produção básica de conteúdos audiovisuais, porém insuficiente para atender, de forma integral, às demandas institucionais, especialmente aquelas que exigem maior complexidade técnica, qualidade profissional e agilidade na entrega.

4.1.3. Verifica-se a existência, no mercado, de empresas especializadas na prestação de serviços de produção audiovisual, as quais dispõem de equipe técnica qualificada, equipamentos adequados e capacidade operacional para atender às demandas da Administração Pública.

4.1.4. A análise das soluções disponíveis considerou, ainda, a necessidade de garantir a padronização, a qualidade técnica e a compatibilidade dos materiais produzidos com diferentes meios de veiculação, tais como redes sociais, portais institucionais e emissoras de televisão.

4.1.5. Dessa forma, o levantamento de mercado evidencia a existência de fornecedores aptos à prestação dos serviços, assegurando a viabilidade da contratação pretendida, nos termos dos princípios da eficiência e do planejamento estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

4.2. Análise das soluções de mercado:

4.2.1. A partir do levantamento das soluções disponíveis no mercado, verifica-se que o Município dispõe de capacidade limitada para produção interna de conteúdos audiovisuais, a qual atende parcialmente às demandas institucionais, sobretudo aquelas de menor complexidade técnica.

4.2.2. Entretanto, a produção interna apresenta restrições quanto à disponibilidade de equipe, equipamentos adequados, tempo de execução e padronização técnica, o que





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

compromete a capacidade de atendimento integral das demandas, especialmente aquelas que exigem maior qualidade profissional, agilidade e finalização adequada para diferentes meios de veiculação.

4.2.3. A contratação de empresa especializada possibilita o acesso a profissionais qualificados, estrutura técnica adequada e equipamentos específicos, garantindo maior qualidade na captação, edição, pós-produção e finalização dos conteúdos audiovisuais.

4.2.4. Além disso, a terceirização dos serviços permite maior flexibilidade no atendimento das demandas variáveis da Administração, possibilitando a execução simultânea de diferentes produções, conforme a necessidade institucional, sem sobrecarga da estrutura interna..

4.2.5. A solução de contratação externa também assegura a padronização dos materiais produzidos, a adequação técnica para diferentes formatos e plataformas de veiculação, bem como maior eficiência na entrega dos produtos, em consonância com o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.2.6. Destaca-se, ainda, que a contratação de empresa especializada reduz riscos operacionais relacionados à execução dos serviços, tais como atrasos, baixa qualidade técnica ou incompatibilidade de formatos, contribuindo para maior segurança na execução contratual.

4.2.7. Dessa forma, verifica-se que a contratação de empresa especializada em produção audiovisual mostra-se a solução mais adequada e vantajosa para o atendimento das necessidades da Administração, em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.3. Contratações similares realizadas pelo próprio órgão:

4.3.1. No exercício de 2022, foi instaurado Processo Administrativo para contratação de empresa especializada em produção audiovisual para atendimento de objeto similar ao ora proposto, sob o nº 304/2022, Registro de Preços nº 152/2022, o qual foi devidamente concluído, com resultado publicado no mesmo exercício.

4.3.2. No referido processo, a empresa contratada cumpriu integralmente as exigências legais e teve seu contrato formalizado. Durante a vigência contratual, não foram registrados apontamentos ou intercorrências relevantes, tanto em relação às solicitações realizadas pela Administração quanto à execução dos serviços, evidenciando a adequação da solução adotada.

4.3.3. A experiência anterior demonstra a viabilidade da contratação, bem como a existência de fornecedores aptos à prestação dos serviços, reforçando a segurança técnica e administrativa na adoção da solução pretendida, em consonância com os princípios da eficiência e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.4. Contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades:

4.4.1. Considerando as buscas realizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), foram identificados processos de contratações governamentais com objetos similares ao da presente demanda, realizados por diferentes órgãos e entidades públicas, por meio de modalidades como contratação direta e pregão, evidenciando a adoção recorrente dessa solução no âmbito da Administração Pública.

4.4.2. Dentre as contratações identificadas, destacam-se:





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Processo Licitatório	Entidade/Unidade Federativa	ID da Contratação no PNCP
Ato que autoriza a Contratação Direta nº 15/2026	Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão	78686557000115-1-1000016/2026
Ato que autoriza a Contratação Direta nº 54/2025	Município de Matelândia	76206465000165-1-000201/2025
Ato que autoriza a Contratação Direta nº 42/2025	Município de Itaipulândia	95725057000164-1-000474/2025
Edita nº 9 / Processo 27/2026	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu	75425314000135-1-000021/2026
Ato que autoriza a Contratação Direta nº 90/2025	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)	00509968000148-1-003825/2025
Aviso de Contratação Direta nº 2/2025	Secretaria de Estado da Fazenda - MA	03526252000147-1-000011/2025

4.4.3. As contratações analisadas demonstram que a prestação de serviços de produção audiovisual é prática comum no âmbito da Administração Pública, sendo adotada por diferentes entes federativos para atendimento de demandas relacionadas à comunicação institucional.

4.4.4. Verifica-se, ainda, a existência de fornecedores aptos à execução do objeto, bem como a viabilidade da contratação sob diferentes modelos, evidenciando que o mercado possui capacidade para atender às necessidades da Administração, em consonância com os princípios do planejamento e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.5. Conclusão da análise de mercado:

4.5.1. Com base no levantamento e na análise das soluções disponíveis no mercado, bem como nas contratações similares realizadas pelo próprio Município e por outros órgãos e entidades públicas, verifica-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual mostra-se adequada, viável e compatível com as necessidades da Administração Municipal.

4.5.2. Constatou-se que a produção interna não atende de forma integral às demandas institucionais, especialmente no que se refere à capacidade técnica, disponibilidade de equipe, qualidade dos materiais e agilidade na execução, sendo necessária a complementação por meio de contratação externa especializada.

4.5.3. As análises realizadas demonstram a existência de fornecedores aptos à prestação dos serviços, bem como a adoção recorrente dessa solução no âmbito da Administração Pública, evidenciando a viabilidade de mercado e a possibilidade de competição entre interessados.

4.5.4. A solução proposta possibilita maior qualidade técnica, padronização dos conteúdos, eficiência na execução e adequação dos materiais para diferentes meios





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

de veiculação, contribuindo para o fortalecimento da comunicação institucional e para o atendimento do interesse público.

4.5.5. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida encontra respaldo técnico e mercadológico, atendendo aos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo a alternativa mais vantajosa para a Administração Municipal.

5. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Requisitos técnicos e legais da solução a ser contratada:

5.1.1. A solução a ser contratada deverá atender aos requisitos técnicos e legais necessários à adequada execução dos serviços de produção audiovisual institucional, em conformidade com a legislação vigente e com as necessidades da Administração Municipal.

5.1.2. A contratada deverá comprovar capacidade técnica para execução de serviços de produção audiovisual e fotográfica, por meio de atestado(s) de capacidade técnica e/ou portfólio de trabalhos já realizados, compatíveis com o objeto da contratação.

5.1.3. A contratada deverá dispor de equipe técnica apta à execução dos serviços, contemplando as atividades de planejamento, captação de imagens e áudio, fotografia, edição, pós-produção e condução de entrevistas e/ou apresentação de conteúdos audiovisuais, podendo tais funções ser desempenhadas por um ou mais profissionais, desde que garantida a qualidade técnica dos serviços.

5.1.4. A comprovação da capacidade técnica e da equipe poderá ser realizada por meio de atestados, portfólio, currículos, declarações de disponibilidade ou outros documentos idôneos.

5.1.5. A contratada deverá utilizar equipamentos adequados à execução dos serviços em padrão profissional, garantindo captação de imagem (fotográfica e audiovisual) e áudio com qualidade compatível com veiculação institucional, incluindo uso de microfones apropriados, estabilidade de imagem e, quando necessário, iluminação adequada.

5.1.6. A contratada deverá possuir capacidade técnica para captação de imagens aéreas por meio de aeronaves remotamente pilotadas (drone), quando solicitado, observando a legislação vigente aplicável.

5.1.7. Não será admitida a execução dos serviços com padrão técnico incompatível com produções institucionais, devendo a contratada garantir qualidade adequada de imagem, áudio, fotografia, edição e finalização dos materiais.

5.1.8. Os serviços deverão contemplar todas as etapas da produção audiovisual e fotográfica, incluindo planejamento, roteirização, captação, edição, pós-produção e finalização, com observância de padronização visual e qualidade técnica.

5.1.9. Os materiais produzidos deverão ser compatíveis com os padrões exigidos para veiculação em redes sociais, portais institucionais e emissoras de televisão, cabendo à contratada realizar todas as adequações técnicas necessárias.

5.1.10. A contratada deverá assegurar a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, garantindo clareza das informações, qualidade técnica e adequação à finalidade institucional dos conteúdos.

5.1.11. A execução dos serviços deverá observar os princípios da eficiência, planejamento, interesse público e qualidade do gasto, nos termos da Lei nº





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

14.133/2021.

5.2. Rotinas de entrega ou execução da solução a ser contratada:

5.2.1. A contratada será responsável pela execução integral dos serviços de produção audiovisual e fotográfica, compreendendo captação de imagens (fotográficas e audiovisuais), inclusive por meio de drone quando necessário, captação de áudio, gravação de locução em off, cinegrafia, iluminação, produção, roteirização, condução de entrevistas e/ou apresentação de conteúdos, edição, pós-produção e finalização dos materiais.

5.2.2. Os serviços deverão ser executados com padrão de qualidade profissional, incluindo enquadramento adequado, tratamento de imagens fotográficas, captação de áudio com clareza, utilização de trilha sonora, locução em off quando necessário, inserção de caracteres, recursos gráficos e demais elementos necessários à composição dos conteúdos institucionais.

5.2.3. A produção dos materiais deverá ser realizada com base em briefing fornecido pela Administração Municipal, podendo incluir elaboração de roteiro, o qual deverá ser previamente submetido à análise e aprovação dos responsáveis pela demanda.

5.2.4. A contratada deverá disponibilizar profissional com experiência na condução de entrevistas e/ou apresentação de conteúdos audiovisuais, quando a natureza do material assim exigir, especialmente em vídeos institucionais, campanhas e cobertura de eventos.

5.2.5. A captação de imagens e áudio poderá ocorrer em diferentes locais e em mais de um dia, conforme a necessidade da Administração, incluindo repartições públicas, espaços externos, eventos e demais atividades institucionais.

5.2.6. A execução dos serviços será formalizada por meio de ordem de serviço, emitida pela Administração, contendo as informações necessárias para a realização da demanda, devendo ser observada antecedência mínima, sempre que possível, de acordo com a complexidade do serviço.

5.2.7. Os materiais produzidos deverão ser entregues em formato digital, por meio eletrônico (link para download, armazenamento em nuvem ou outro meio compatível), em alta qualidade, incluindo vídeos e fotografias, nos formatos adequados para veiculação em redes sociais, portais institucionais e emissoras de televisão.

5.2.8. A contratada deverá realizar todos os ajustes técnicos necessários para adequação dos materiais aos padrões exigidos pelos diferentes meios de veiculação, sem ônus adicional para a Administração.

5.2.9. A contratada será responsável por todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, equipamentos, deslocamento, alimentação, hospedagem, encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários, bem como quaisquer despesas relacionadas à produção, finalização, adequação técnica e entrega dos materiais, inclusive envio e disponibilização dos conteúdos às emissoras de televisão, em formatos e padrões exigidos para veiculação, sem ônus adicional para a Administração.

5.2.10. Todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada.

5.2.11. A Administração poderá solicitar ajustes ou revisões nos materiais produzidos, a fim de garantir a adequação às diretrizes institucionais, à identidade visual e à finalidade pública dos conteúdos.





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

5.2.12. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, não sendo obrigatória a utilização integral dos quantitativos estimados.

5.2.13. O recebimento dos materiais ficará condicionado à verificação da conformidade com as especificações técnicas e diretrizes institucionais, podendo a Administração solicitar ajustes ou correções antes da aprovação final..

5.3. Rotinas de recebimento da solução a ser contratada:

5.3.1. O recebimento dos serviços prestados ocorrerá de forma individual, por demanda atendida, mediante a entrega dos materiais produzidos pela contratada, conforme especificações constantes na ordem de serviço.

5.3.2. Os materiais deverão ser encaminhados à Administração por meio digital, em formato compatível com os meios de veiculação previstos, incluindo vídeos, fotografias e demais arquivos produzidos no âmbito da contratação.

5.3.3. O recebimento provisório consistirá na verificação inicial dos materiais entregues, quanto ao atendimento das especificações técnicas, qualidade de imagem e áudio, qualidade fotográfica, clareza das informações, conformidade com o briefing e adequação à finalidade institucional.

5.3.4. Constatadas inconsistências, inadequações técnicas ou desconformidade com as diretrizes estabelecidas, a Administração notificará a contratada para realização dos ajustes necessários, no prazo a ser definido conforme a complexidade da correção, sem ônus adicional.

5.3.5. Após aprovação do conteúdo pela Administração, a contratada será responsável pelo encaminhamento dos materiais às emissoras de televisão, quando aplicável.

5.3.6. A validação técnica final para veiculação em emissoras de televisão poderá ser realizada diretamente pelas próprias emissoras, cabendo à contratada realizar todos os ajustes técnicos eventualmente solicitados, sem ônus adicional para a Administração.

5.3.7. O recebimento definitivo ocorrerá após a aprovação dos materiais pela Administração e o atesto do fiscal do contrato, certificando o cumprimento das condições estabelecidas.

5.3.8. A aprovação dos materiais está condicionada à qualidade técnica compatível com produções institucionais, incluindo adequação de imagem, áudio, fotografia, edição, inserções gráficas, locução em off, quando aplicável, e demais elementos previstos na contratação.

5.3.9. No caso de produção de imagens aéreas, a contratada deverá observar a legislação vigente aplicável ao uso de aeronaves remotamente pilotadas (drones), sendo responsável por autorizações, licenças e pela segurança da operação.

5.3.10. O pagamento pelos serviços prestados ficará condicionado ao recebimento definitivo e ao atesto do fiscal do contrato, não sendo devido qualquer pagamento por materiais que não atendam às especificações estabelecidas.

5.3.11. A contratada será responsável por manter cópia dos materiais produzidos, incluindo vídeos, fotografias e imagens aéreas, durante a vigência contratual, podendo a Administração solicitar reenvio ou disponibilização dos arquivos, quando necessário.

5.4. Critérios e práticas de sustentabilidade a serem utilizadas para a solução a ser contratada:





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

5.4.1. A solução a ser contratada observará critérios e práticas de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.4.2. Considerando que os serviços consistem, predominantemente, na produção audiovisual e fotográfica, com entrega de materiais em formato digital, os impactos ambientais diretos são reduzidos, não havendo consumo significativo de recursos naturais ou geração relevante de resíduos sólidos por parte da Administração.

5.4.3. Será priorizada a utilização de meios digitais para envio, armazenamento e disponibilização dos materiais produzidos, tais como links para download, plataformas em nuvem e outros meios eletrônicos, reduzindo a utilização de papel, mídias físicas e deslocamentos desnecessários.

5.4.4. A contratada deverá adotar boas práticas operacionais que contribuam para a redução de impactos ambientais indiretos, tais como planejamento logístico das gravações, otimização de deslocamentos e uso eficiente de recursos técnicos e equipamentos.

5.4.5. Nos casos de utilização de equipamentos elétricos e eletrônicos, a contratada deverá observar práticas que promovam o uso eficiente de energia, bem como a adequada manutenção dos equipamentos, visando à redução de desperdícios e à maior durabilidade dos recursos utilizados.

5.4.6. A execução dos serviços deverá privilegiar soluções tecnológicas que contribuam para a modernização dos processos administrativos, com reflexos positivos na sustentabilidade ambiental, na redução de custos operacionais e na eficiência da gestão pública.

6. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

6.1. A contratação determinada por este Estudo Técnico Preliminar – ETP encontra respaldo institucional, estando prevista no **Plano de Contratações Anual de 2026**, que se encontra publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Miguel do Iguaçu desde o dia 29 de julho de 2025, bem como alinhada ao Planejamento Anual da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu, visto que se trata de um serviço essencial à manutenção e ampliação das atividades desenvolvidas dentro do serviço público do Município de São Miguel do Iguaçu. Além disso, a contratação encontra-se prevista para ser realizada até 30/04/2026, possuindo grau de prioridade média, conforme consta nas informações do Plano de Contratações Anual vigente.

7. DEFINIÇÃO DA NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO:

7.1. Serviço de natureza comum, de caráter contínuo e relevante para a comunicação institucional, embora não classificado como serviço público essencial.

8. ESTIMATIVA E QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

8.1.1. A estimativa de quantitativos para a presente contratação foi definida com base em dados históricos de contratação anterior de objeto similar, considerando a execução e o consumo registrados no Processo Administrativo nº 304/2022, referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 152/2022, em observância ao disposto no art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

8.1.2. Com base nesses parâmetros, estima-se a contratação de até 15 (quinze) vídeos para o item 01, 8 (oito) vídeos para o item 02, 5 (cinco) vídeos para o item 03 e 1 (um) vídeo para o item 04, quantitativos que se mostram adequados para atendimento das demandas da Administração Municipal durante o período contratual.

8.1.3. Ressalta-se que os quantitativos estimados não constituem obrigação de consumo integral, tratando-se de mera previsão, podendo ser utilizados de forma parcial ou total, conforme a necessidade da Administração, disponibilidade orçamentária e controle do saldo contratual.

8.1.4. A execução dos serviços ficará condicionada à efetiva demanda da Administração, não sendo admitida a execução além dos limites contratados, hipótese em que deverá ser adotada nova contratação ou instaurado novo procedimento administrativo, nos termos da legislação vigente.

8.1.5. Eventual necessidade de acréscimo ou supressão dos quantitativos contratados poderá ser atendida por meio de aditamento contratual, observados os limites e condições estabelecidos nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

Item	CATSER	Descrição	Medida	Quant.
01	13050	Produção de vídeo institucional com duração de até 1 (um) minuto, incluindo captação de imagens terrestres e, quando necessário, imagens aéreas por meio de drone, bem como registro fotográfico com, no mínimo, 10 (dez) fotografias com enquadramentos diversos. Os materiais deverão ser entregues em formato digital, em alta qualidade, compatíveis com veiculação em mídias digitais e emissoras de televisão.	un	15
02	13050	Produção de vídeo institucional com duração de 1 (um) a 3 (três) minutos, incluindo captação de imagens terrestres e, quando necessário, imagens aéreas por meio de drone, bem como registro fotográfico com, no mínimo, 10 (dez) fotografias com enquadramentos diversos. Os materiais deverão ser entregues em formato digital, em alta qualidade, compatíveis com veiculação em mídias digitais e emissoras de	un	8





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

		televisão.		
3	13050	Produção de vídeo institucional com duração de 3 (três) a 5 (cinco) minutos, incluindo captação de imagens terrestres e, quando necessário, imagens aéreas por meio de drone, bem como registro fotográfico com, no mínimo, 10 (dez) fotografias com enquadramentos diversos. Os materiais deverão ser entregues em formato digital, em alta qualidade, compatíveis com veiculação em mídias digitais e emissoras de televisão.	un	5
4	13050	Produção de vídeo institucional com duração de 5 (cinco) a 10 (dez) minutos, incluindo captação de imagens terrestres e, quando necessário, imagens aéreas por meio de drone, bem como registro fotográfico com, no mínimo, 10 (dez) fotografias com enquadramentos diversos. Os materiais deverão ser entregues em formato digital, em alta qualidade, compatíveis com veiculação em mídias digitais e emissoras de televisão.	un	1

9. DEFINIÇÃO DA ESTIMATIVA E DO VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:

9.1. Da pesquisa de preços realizada:

9.1.1. Para a formação do orçamento estimado da presente contratação, foi realizada pesquisa de preços em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como com as disposições do Decreto Municipal nº 115/2023, observando-se metodologia apta a refletir os valores efetivamente praticados no mercado para objeto de mesma natureza.

9.1.2. A pesquisa contemplou múltiplas fontes, buscando assegurar maior fidedignidade ao valor estimado, compreendendo quatro orçamentos formais obtidos junto a empresas especializadas em produção audiovisual com atuação regional.

9.1.3. Também foi utilizado como parâmetro o valor atualizado pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – referente à última contratação realizada pelo Município de São Miguel do Iguaçu, por meio do Processo Administrativo nº 304/2022, Registro de Preços nº 152/2022, tendo como referência a Ata de Registro de Preços





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

nº 246/2022, devidamente atualizada.

9.1.4. Realizou-se, ainda, pesquisa no Painel Nacional de Contratações Públicas – PNCP, inicialmente considerando contratações realizadas por órgãos do Estado do Paraná e, posteriormente, ampliando-se a busca para contratações em âmbito nacional, com o objetivo de ampliar a base comparativa e conferir maior robustez à formação do preço estimado.

9.2. Da definição dos valores:

9.2.1. Com base na pesquisa realizada, foram inicialmente analisados os valores obtidos junto ao Painel Nacional de Contratações Públicas – PNCP no âmbito do Estado do Paraná, correspondentes a contratações de itens similares, nos montantes de R\$ 5.790,00 (item 01), R\$ 5.750,00 (item 02), R\$ 6.000,00 (item 03) e R\$ 7.100,00 (item 04), os quais se mostraram discrepantes em relação aos valores obtidos na contratação anterior atualizada e nos orçamentos regionais.

9.2.2. Na sequência, foi realizada nova pesquisa no PNCP, com abrangência nacional, sendo identificados os valores de R\$ 1.500,00 (item 01), R\$ 2.500,00 (item 02), R\$ 2.600,00 (item 03) e R\$ 3.899,99 (item 04), também apresentando variação significativa em relação aos demais parâmetros levantados.

9.2.3. Considerando o conjunto completo de dados, incluindo os valores obtidos junto a empresas com atuação regional e o valor atualizado da contratação anterior do Município, procedeu-se à análise comparativa dos preços, com apuração da média aritmética simples, da média com exclusão de valores extremos (conforme Decreto Municipal nº 115/2023) e da mediana.

9.2.4. Diante da dispersão verificada entre os valores obtidos, especialmente entre os dados do PNCP e os orçamentos regionais, optou-se pela adoção da média aritmética simples como critério de definição do valor estimado, por representar medida mais equilibrada e compatível com os preços efetivamente praticados no mercado regional, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 26 e 27 do Decreto Municipal nº 115/2023.

9.2.5. Assim, foram definidos os seguintes valores unitários estimados:

- Item 01: R\$ 3.857,55
- Item 02: R\$ 5.131,33
- Item 03: R\$ 7.161,03
- Item 04: R\$ 10.946,21

Item	CATSER	Descrição	Medida	Quant.	Valor Unit. R\$	Total R\$
01	13050	Produção de vídeo institucional com duração de até 1 (um) minuto, incluindo captação de imagens terrestres e, quando necessário, imagens aéreas por meio de drone, bem como registro fotográfico	un	15	3.857,55	57.863,25





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

		com, no mínimo, 10 (dez) fotografias com enquadramentos diversos. Os materiais deverão ser entregues em formato digital, em alta qualidade, compatíveis com veiculação em mídias digitais e emissoras de televisão.				
02	13050	Produção de vídeo institucional com duração de 1 (um) a 3 (três) minutos, incluindo captação de imagens terrestres e, quando necessário, imagens aéreas por meio de drone, bem como registro fotográfico com, no mínimo, 10 (dez) fotografias com enquadramentos diversos. Os materiais deverão ser entregues em formato digital, em alta qualidade, compatíveis com veiculação em mídias digitais e emissoras de televisão.	un	8	5.131,33	41.050,64
03	13050	Produção de vídeo institucional com duração de 3 (três) a 5 (cinco) minutos, incluindo captação de imagens terrestres e, quando necessário, imagens aéreas por meio de drone, bem como registro fotográfico com, no mínimo, 10 (dez) fotografias com	un	5	7.161,03	35.805,15





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

		enquadramentos diversos. Os materiais deverão ser entregues em formato digital, em alta qualidade, compatíveis com veiculação em mídias digitais e emissoras de televisão.				
04	13050	Produção de vídeo institucional com duração de 5 (cinco) a 10 (dez) minutos, incluindo captação de imagens terrestres e, quando necessário, imagens aéreas por meio de drone, bem como registro fotográfico com, no mínimo, 10 (dez) fotografias com enquadramentos diversos. Os materiais deverão ser entregues em formato digital, em alta qualidade, compatíveis com veiculação em mídias digitais e emissoras de televisão.	un	1	10.946,21	10.946,21
TOTAL GERAL: R\$ 145.665,25						

10. DETALHAMENTO DA DESPESA OU RECURSO:

10.1. Recursos próprios

11. DESENHO DA CONTRATAÇÃO:

11.1. Regime da contratação:

11.1.1. Considerando as características do objeto, a natureza dos serviços e as condições de mercado, a contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.

11.1.2. A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 28, inciso I, e do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

parcelada e da necessidade de contratações frequentes e variáveis ao longo do período.

11.1.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato de serviços a serem demandados, bem como pela necessidade de atendimento contínuo às demandas da Administração, permitindo maior flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

11.1.4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza padronizável dos serviços e a necessidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

11.1.5. A execução do objeto ocorrerá sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza variável e sob demanda dos serviços.

11.1.6. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o caso, e serão executadas de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Assessoria de Imprensa, não havendo obrigatoriedade de consumo mínimo dos quantitativos registrados.

11.1.7. Regime de fornecimento ou de execução do objeto:

11.1.8. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, nos termos do Sistema de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Assessoria de Imprensa, contendo as informações necessárias à realização dos trabalhos.

11.1.9. Os serviços compreendem todas as etapas da produção audiovisual, incluindo planejamento, captação de imagens e áudio, realização de entrevistas, condução de apresentação quando necessário, gravação de off (narração), edição, pós-produção e finalização dos materiais.

11.1.10. A captação poderá ocorrer em um ou mais locais e dias distintos, incluindo ambientes internos e externos, na área urbana e rural do Município, conforme a necessidade de cada demanda.

11.1.11. Após a execução da captação, a contratada deverá apresentar o material editado para análise e aprovação da Assessoria de Imprensa, podendo ser solicitados ajustes técnicos, de conteúdo ou de linguagem antes da aprovação final.

11.1.12. Somente após a aprovação da versão final pela Administração, o material será considerado apto para entrega e eventual veiculação.

11.1.13. Nos casos de materiais destinados à veiculação em emissoras de televisão, a contratada será responsável pelo encaminhamento direto dos arquivos às emissoras indicadas pela Administração.

11.1.14. Caberá às emissoras a verificação dos requisitos técnicos para exibição dos materiais, podendo solicitar ajustes de ordem técnica, os quais deverão ser realizados pela contratada sem ônus adicional para a Administração.

11.1.15. A contratada deverá garantir a adequação dos materiais aos padrões técnicos exigidos pelos diferentes meios de veiculação, incluindo formatos, resoluções, codificações e demais requisitos necessários para exibição em mídias digitais e televisivas.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

11.1.16. Todas as despesas relacionadas à execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada, incluindo equipe técnica, equipamentos, captação, edição, deslocamento, alimentação, hospedagem, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como quaisquer custos decorrentes do envio e adequação dos materiais para emissoras de televisão ou outros meios de veiculação, não sendo admitida cobrança adicional à Administração.

11.1.17. Os serviços serão remunerados por preço unitário, conforme os itens contratados e efetivamente executados, não havendo obrigatoriedade de consumo mínimo.

11.1.18. A execução deverá observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência e na Ordem de Serviço, incluindo prazos ordinários e, quando necessário, prazos reduzidos para atendimento de demandas urgentes

11.2. Duração do contrato:

11.2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.2. 11.3.2. Os contratos decorrentes da Ata terão duração inicial de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados conforme disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições da contratação.

11.3. Possibilidade de parcelamento da solução a ser contratada:

11.3.1. Em conformidade com o art. 47 da Lei nº 14.133/2021, a contratação admite parcelamento da execução, considerando a natureza do objeto e a necessidade de atendimento contínuo e sob demanda.

11.3.2. A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Administração Municipal, que se apresenta de maneira variável ao longo do período contratual.

11.3.3. O parcelamento não compromete a economicidade nem a eficiência da contratação, uma vez que os serviços serão remunerados por preço unitário, mediante efetiva execução e comprovação.

11.4. Possibilidade de subcontratação do objeto:

11.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, nos termos do art. 159, inciso II, do Decreto Municipal nº 115/2023, considerando a necessidade de controle da qualidade técnica e da responsabilidade direta da contratada pela execução integral do objeto.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

12.1. Dentre os principais benefícios diretos e indiretos que a Administração Municipal almeja alcançar com a presente contratação, destacam-se:

12.1.1. A ampliação da transparência pública, por meio da divulgação qualificada das ações, programas, serviços e campanhas institucionais, garantindo à população o acesso à informação de interesse coletivo, em consonância com o princípio da publicidade.

12.1.2. O fortalecimento da comunicação institucional do Município, com a produção de conteúdos audiovisuais em padrão técnico-profissional, capazes de transmitir as informações de forma clara, acessível e com maior impacto junto à população.

12.1.3. A melhoria da qualidade dos materiais produzidos, mediante a utilização de equipe técnica qualificada, equipamentos adequados e processos estruturados de





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

produção, incluindo captação de imagens, entrevistas, gravação de narração (off) e edição profissional.

12.1.4. A ampliação do alcance das ações governamentais, com produção de conteúdos compatíveis com diferentes meios de veiculação, incluindo redes sociais, portais institucionais e emissoras de televisão, assegurando maior capilaridade na comunicação pública.

12.1.5. A padronização dos materiais audiovisuais institucionais, contribuindo para a uniformidade da identidade visual e da linguagem de comunicação adotada pelo Governo Municipal.

12.1.6. O aumento da eficiência administrativa, ao possibilitar a contratação de serviços sob demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços, evitando contratações emergenciais, reduzindo custos operacionais e otimizando a aplicação dos recursos públicos.

12.1.7. O suporte à implementação e divulgação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e desenvolvimento econômico, por meio de conteúdos audiovisuais que facilitam a compreensão e incentivam o engajamento da população.

12.1.8. A melhoria na comunicação em situações urgentes ou de interesse público relevante, permitindo a produção e divulgação ágil de conteúdos institucionais, inclusive com prazos reduzidos, conforme a necessidade da Administração.

12.1.9. A redução de riscos relacionados à baixa qualidade dos materiais, à despadronização da comunicação e à ineficiência na divulgação institucional, assegurando maior controle e previsibilidade na execução dos serviços.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES:

13.1. Não há contratações interdependentes para o objeto em questão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a execução dos serviços não depende, de forma obrigatória, de outra contratação para sua viabilidade.

13.2. Entretanto, registra-se que a presente contratação possui relação operacional com eventuais contratações de veiculação de publicidade institucional em emissoras de televisão, considerando que os materiais audiovisuais produzidos poderão ser utilizados para esse fim, sem que tal fato configure dependência entre os processos.

13.3. Ressalta-se que a execução da presente contratação é autônoma, podendo atender plenamente às demandas da Administração Municipal de forma independente, inclusive para utilização em mídias digitais, redes sociais e demais canais institucionais..

14. PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES A SEREM ADOTADAS

14.1. Capacitar, se necessário, o fiscal do contrato e demais servidores envolvidos na gestão e fiscalização, por meio de cursos ou orientações específicas sobre as atribuições relacionadas à execução contratual, em conformidade com a legislação vigente.

14.2. Estruturar, no âmbito da Assessoria de Imprensa, os fluxos internos para solicitação, acompanhamento, aprovação e recebimento dos serviços, garantindo maior eficiência, controle e padronização na execução do objeto.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

14.3. Definir previamente os modelos de solicitação (ordem de serviço), briefing e critérios de aprovação dos materiais, de modo a assegurar clareza nas demandas e maior qualidade nos produtos entregues.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO:

15.1. A contratação pretendida não acarreta impactos ambientais diretos relevantes, considerando que o objeto se refere à prestação de serviços de produção audiovisual, não envolvendo fornecimento de bens, obras, intervenções físicas ou consumo significativo de recursos naturais.

15.2. Ainda assim, a execução dos serviços poderá gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados ao deslocamento da equipe para captação de imagens, ao consumo de energia elétrica durante a produção e edição dos materiais, bem como à eventual utilização de equipamentos eletrônicos.

15.3. Como medidas de mitigação, serão adotadas práticas voltadas à sustentabilidade, tais como:

15.3.1. Priorização do envio e armazenamento dos materiais produzidos por meios digitais, reduzindo a utilização de mídias físicas e o consumo de papel;

15.3.2. Planejamento das atividades de captação, de modo a otimizar deslocamentos e reduzir o consumo de combustíveis;

15.3.3. Utilização de equipamentos eficientes e adequados à execução dos serviços, evitando desperdícios de energia e recursos;

15.3.4. Adoção de rotinas administrativas digitais para comunicação, aprovação e recebimento dos materiais, reduzindo a necessidade de impressões e deslocamentos físicos.

15.4. Dessa forma, os impactos ambientais associados à contratação mostram-se de baixa relevância, sendo adequadamente mitigados por meio das práticas adotadas, em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

16. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO:

16.1. O mapeamento de riscos é etapa crucial para a garantia de que o presente procedimento seja conduzido de forma eficiente, transparente e que eventuais problemas sejam identificados e mitigados de forma anterior a efetivação da contratação, envolvendo a identificação, avaliação e gerenciamento de riscos que possam comprometer o sucesso do processo licitatório ou a execução do contrato. A Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, enfatiza a necessidade de planejamento e gestão de riscos como parte fundamental do processo. Portanto, salienta-se que o **Mapa de Gerenciamento de Riscos da contratação** encontra-se disponibilizado **em anexo** a este **Estudo Técnico Preliminar**.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

17.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostra-se **viável**, tendo em vista a necessidade de amplitude de divulgação das campanhas, atos, eventos e ações da Administração Municipal, e a contratação por meio de procedimento licitatório possibilitará maior eficiência na divulgação dos temas de interesse direto da comunidade do município de São Miguel





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

do Iguaçu, tanto com informações relevantes e preventivas, como de divulgações de utilidades públicas e afins.

São Miguel do Iguaçu, Paraná, 24 de março de 2026.

18. RESPONSABILIDADE PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

18.1. Assumo que o(s) servidor(es) designado(s) como membro(s) da equipe de planejamento da contratação ficarão à disposição para dirimir eventuais dúvidas sobre este Estudo Técnico Preliminar – ETP, bem como para acompanhar todo o procedimento de contratação, fornecendo todas as informações técnicas necessárias junto ao agente de contratação, pregoeiro e sua equipe de apoio.

Gerson Kaiser
Assessor de Comunicação Institucional
Responsável pelo Planejamento da Contratação
Matrícula: 91986943

19. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE:

19.1. Por meio deste, aprovo este Estudo Técnico Preliminar – ETP, seu conteúdo e anexos, atestando sua conformidade às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 115, de 2023.

Andrigo Silva
Secretário de Administração
Aprovação do Gestor da Pasta
Matrícula: 165192

